

Basta a verdade

MEIO AMBIENTE O governo Bolsonaro precisa parar de choramingar e de incentivar teorias da conspiração

POR ANTONIO DELFIM NETTO

O presidente Jair Bolsonaro precisou consumir 38% do seu mandato e pegar uma “gripezinha” para começar a fazer o que deveria ter feito em novembro de 2018. Foi eleito legitimamente, mas duvida da honestidade da urna eletrônica, aquela que colocou o Brasil no “estado da arte” dos processos mais transparentes e eficientes dos sistemas eleitorais do mundo. Na campanha, prometeu uma “nova política” a um país cansado e desiludido com o incesto posto à luz pela Operação Lava Jato entre agentes públicos e parte do setor privado. Nunca chegou a nos dizer o que seria a “nova política”, a não ser que mudaria “tudo o que está aí”, pois um covarde ato criminoso o poupou dos debates. Uma vez eleito, escolheu a mais despreparada e incompetente Casa Civil dos últimos dois séculos da história pátria e explicitou todos os seus preconceitos identitários e religiosos na montagem do seu ministério: uma parte “escura” e ideológica e outra parte “clara”, tecnicamente escolhida.

Além de tudo isso, Bolsonaro é portador de uma ideologia que tem horror às evidências empíricas. Continua a negar o desaparecimento anual de parte da Floresta Amazônica, revelado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), respeitado internacionalmente, e insiste em prescrever a cloroquina para o tratamento inicial da Covid-19, contrariando as recomendações

da medicina internacional. Atos de puro voluntarismo. Quando contrariado, costuma alimentar opiniões condenáveis sobre a moral do agente público responsável.

Esse comportamento tentou destruir a imagem do Inpe, com o agravante de atacar a integridade de um grande físico brasileiro, o professor Ricardo Galvão, com 210 artigos publicados em revistas de ponta nacionais e estrangeiras. Apenas porque não gostou dos resultados, afirmou que “os dados eram falsos” e, provavelmente, “para atender aos interesses de alguma ONG”, o que foi duramente respondido pelo professor Galvão. O incidente terminou muito mal para a respeitabilidade interna e externa de Bolsonaro e do Brasil. Mais desmoralizadora ainda foi a entrevista do general da reserva Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que afirmou irresponsavelmente à BBC “que os dados do desmatamento sobre a Amazônia eram manipulados”.

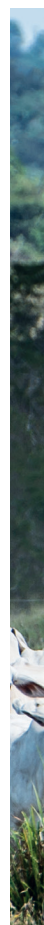
Foram palavras insensatas como essas, complementadas pelo obscurantismo

O ex-capitão é portador de uma ideologia que tem horror às evidências empíricas

do ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente (que execrou os competentes burocratas dos seus quadros), que ajudaram nossos competidores a transformar o Brasil no pária destruidor do equilíbrio ambiental do planeta Terra. Essa imagem ganhou força no exterior pela mediocridade da reação do Itamaraty. Orientado por uma extravagante “filosofia”, emasculou a competente e respeitada voz de nossos embaixadores reconhecidos, desde sempre, como diplomatas sofisticados e eficientes na alerta e pronta defesa do interesse nacional. Hoje espera-se que Donald Trump nos defenda...

Mas o que mostrou o Inpe para merecer tanto ódio do transitório governo de plantão? O gráfico nestas páginas resume tudo. Não é preciso mais do que um modesto senso comum para apreciar a diferença entre os números de 1988 a 2008, e os de 2009 a 2019. O que houve em 2004? Simplesmente, que o nível de desmatamento acendeu uma luz vermelha. A resposta do governo Lula foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), aprovado no mesmo ano, para reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para um desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, ainda em vigor. O aparente aumento do desmatamento entre 2012 e 2019 – que tem chamado a atenção de alguns economistas – parece pura ilusão estatística.

Deixemos de lado, por um instante, a “conspiração” interna e externa contra a nossa eficiente e competitiva atividade agroindustrial, resultado da íntima cooperação entre o setor privado e políticas públicas, como o forte apoio à Embrapa, que “inventou” a agricultura tropical na segunda metade dos anos 60 do século XX. Hoje, ela é muito respeitada e temida por nossos competidores internacionais: EUA,

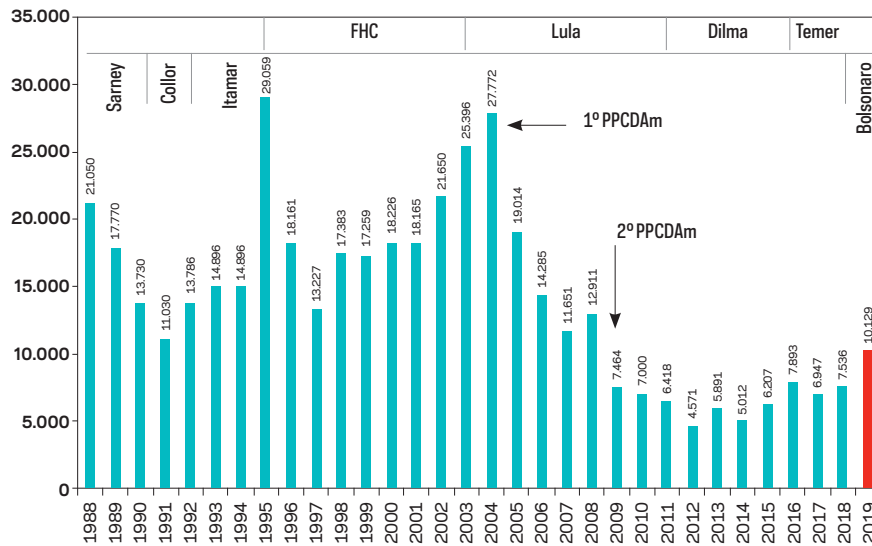


YA SUYOSHII/AFP



O Brasil tem índices invejáveis de preservação

DESMATAMENTO ANUAL DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA (em km²)



Fonte: Inpe

Europa, Austrália, Argentina, todos fora dos “trópicos”. Feito isso, vamos aos fatos.

Qualquer cidadão minimamente informado sobre a proteção ambiental no Brasil sabe que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Código Florestal do Brasil criaram as condições para um conhecimento seguro (como faz o Inpe) das circunstâncias em que se desenvolve nossa agricultura. Nem mesmo o deplorável “deixa passar a boiada” do ministro Salles pode alterar isso. Basta considerar que no Amapá e Roraima, 80% da área é terra indígena protegida e que a propriedade privada reserva 20% de sua área para conservação. Logo, só 4% da área pode ser utilizada para atividade agrícola.

Os números a seguir, calculados pela Embrapa por meio do CAR para 2018, dão uma boa ideia do problema: a área destinada à proteção ambiental é de 66,3% do total (unidades de conservação pública e privada, vegetação nativa, 52,5%, e terras indígenas, 13,8%, uma área do tamanho da Europa. A área utilizada para a atividade agropastoril é, por sua vez, de 30,2% do território nacional: 22,2% plantados, lavoura, pastagem, floresta e 8% pastagens nativas. Para cada hectare plantado temos, portanto, dois reservados à conservação ambiental. Em que país existe maior relação?

Quanto à Amazônia Legal, é bom lembrar que devemos proteger, por conta do PPCDAm (nas suas quatro fases desde 2004), 5 milhões de quilômetros quadrados (60% da área do Brasil) encerrados num perímetro de 17 mil quilômetros lineares. Para fazê-lo, temos nela alocados 40 mil homens da força armada profissional. É isso que Bolsonaro e seus ministros – o do Meio Ambiente e o do Exterior – deveriam mostrar ao mundo e não continuar a choramingar contra um complô, largamente imaginário, que gostaria de nos tirar a Floresta Amazônica. •